



**PROJETO PEDAGÓGICO**  
**CURSO “TEORIA E PRÁTICA DA ADVOCACIA PÚBLICA MUNICIPAL”**  
**PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA**  
**PGM/SP**

**SÃO PAULO**  
**2022**

## SUMÁRIO

<b>1. NOME DO CURSO E ÁREA DO CONHECIMENTO</b>	<b>3</b>
<b>2. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO (PGM/CEJUR/ESCOLA)</b>	<b>3</b>
<b>3. JUSTIFICATIVA</b>	<b>3</b>
<b>4. COORDENAÇÃO GERAL E POR ÁREA</b>	<b>4</b>
<b>5. FORMULAÇÃO DO CURSO</b>	<b>6</b>
<b>6. OBJETIVOS GERAIS</b>	<b>6</b>
<b>7. PERFIL DO EGRESSO</b>	<b>7</b>
<b>8. METODOLOGIA</b>	<b>7</b>
<b>9. DETALHAMENTO DO AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM</b>	<b>7</b>
<b>10. BIBLIOTECA</b>	<b>8</b>
<b>11. QUANTIDADE PREVISTA DE ALUNOS POR MEDIADOR/TUTOR:</b>	<b>8</b>
<b>12. MATRIZ CURRICULAR:</b>	<b>9</b>
<b>13. EMENTAS DAS DISCIPLINAS</b>	<b>11</b>
<b>14. FUNCIONÁRIOS ADMINISTRATIVOS DISPONÍVEIS PARA O CURSO</b>	<b>20</b>
<b>15. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)</b>	<b>20</b>
<b>16. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS PRELIMINARES</b>	<b>20</b>
<b>ANEXO - CURRÍCULO DO CORPO DOCENTE</b>	<b>28</b>

## **1. NOME DO CURSO E ÁREA DO CONHECIMENTO**

Curso: “TEORIA E PRÁTICA DA ADVOCACIA PÚBLICA MUNICIPAL”

Área do conhecimento: DIREITO PÚBLICO MUNICIPAL

## **2. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO (PGM/CEJUR/ESCOLA)**

O Centro de Estudos Jurídicos Lucia Maria Moraes Ribeiro de Mendonça (CEJUR), atualmente vinculado à Coordenadoria Geral de Gestão da Procuradoria Geral do Município de São Paulo (PGM), foi criado em março de 1988 e, desde lá, desenvolve atividades que contribuem para o aperfeiçoamento profissional e cultural do servidor municipal. Dentre elas estão: cursos, palestras, workshops, simpósios e congressos.

O CEJUR também é responsável pela edição da Revista da Procuradoria Geral, periódico que contém produção doutrinária dos procuradores municipais e, atualmente, também de outros juristas.

Já a Escola Superior de Direito Municipal está vinculada ao CEJUR, de acordo com o Decreto nº 50.931/09, tendo por escopo oferecer, aos integrantes da carreira de Procurador do Município, cursos de pós-graduação stricto sensu, nas modalidades mestrado profissionalizante e doutorado, bem como cursos de pós-graduação "lato sensu", nas modalidades especialização, aperfeiçoamento e extensão universitária, objetivando o desenvolvimento de atividades de pesquisa e difusão do conhecimento jurídico, com enfoque multidisciplinar e vinculação a temas de interesse municipal, respeitado o princípio da autonomia didático-científica e levando-se em consideração os problemas da comunidade.

O CEJUR teve como sede, por 20 anos, um sobrado centenário localizado na Avenida Brigadeiro Luís Antonio. O imóvel foi declarado de utilidade pública pelo então prefeito Jânio Quadros e totalmente restaurado para abrigar o Centro, sendo, posteriormente, tombado pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP).

Em 28 de julho de 2009 foi inaugurada a nova sede do CEJUR no Pátio do Colégio nº 05, centro histórico da capital paulista. Esta, que é sua segunda sede própria, divide a paisagem com o Pátio do Colégio, berço desta que se tornou uma das maiores metrópoles do mundo.

O CEJUR mantém sua página oficial no seguinte endereço [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/procuradoria\\_geral/cejur/](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/procuradoria_geral/cejur/) e também nas principais redes sociais:

Facebook: <https://www.facebook.com/cejurpgmsp>

Instagram: [https://www.instagram.com/cejur\\_pgm/](https://www.instagram.com/cejur_pgm/)

Youtube: <https://www.youtube.com/c/CEJURPGMSP>

## **3. JUSTIFICATIVA**

A Lei municipal nº 17.673/21 instituiu, no âmbito da PGM/SP, o Programa de Residência Jurídica. Posteriormente, a Portaria PGM nº 131 de 29 de dezembro de 2021 dispôs sobre o assunto.

O Programa de Residência Jurídica caracteriza-se como treinamento em serviço, no auxílio aos procuradores no desempenho de suas atribuições institucionais. Para isso, os residentes serão alocados nos departamentos da PGM e nas assessorias jurídicas de órgãos da Administração Pública Direta, Autarquias ou Fundações do Município de São Paulo, a fim de que adquiram amplo conhecimento prático.

Como responsável pelo eixo de formação dos residentes, o CEJUR/PGM e a ESDPM/PGM prepararam curso exclusivo, voltado integralmente aos aspectos teóricos e práticos da advocacia pública municipal.

#### **4. COORDENAÇÃO GERAL E POR ÁREA**

##### **COORDENADOR GERAL: PROF. MS. ROBERTO ANGOTTI JUNIOR**

Procurador do Município de São Paulo. Coordenador do Centro de Estudos Jurídicos da PGM/SP. Professor com experiência universitária e em cursos preparatórios para concursos. Mestre em Filosofia e Teoria Geral do Direito pela Universidade de São Paulo - USP (2016). Especialista em Direito Público pela Escola Paulista da Magistratura - EPM (2008). Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Santa Cecília (2002) e em Ciências Econômicas e Comerciais pela Universidade Católica de Santos (1993).

##### **COORDENADORA DO NÚCLEO DE CONSTITUCIONAL: PROF. DRA. TATIANA ROBLES SEFERJAN**

Procuradora do Município de São Paulo. Graduada em Direito pela USP, Mestre e Doutora em Direito do Estado pela USP. Atualmente ocupa o cargo de Coordenadora de Gestão do Patrimônio Imobiliário.

##### **COORDENADOR DO NÚCLEO DE ADMINISTRATIVO: PROF. DR. ALEXANDRE LEVIN**

Possui graduação em Direito pela Universidade de São Paulo (1998) e é mestre (2008) e doutor (2014) em Direito do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Procurador do Município de São Paulo desde 2000, atualmente exercendo a função de Assessor Jurídico na Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL). Professor de Direito Administrativo e de Direito Ambiental no Curso de Graduação em Direito da Escola Paulista de Direito (EPD). Professor do Curso de Especialização em Direito Administrativo da PUC-SP/COGEAE. Professor de Cursos de Pós-Graduação em Direito Público e Direito Municipal (FADUSP/RP, EPD, Damasio). Membro efetivo da Comissão de Direito Urbanístico da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção São Paulo (OAB-SP). Membro efetivo da Comissão de Direito Administrativo da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de São Paulo (2019 - 2020). Membro efetivo do Instituto de Direito Administrativo Sancionador Brasileiro (IDASAN). Advogado em São Paulo.

##### **COORDENADOR DO NÚCLEO DE PROCESSO E CONTENCIOSO: PROF. MS. ROBERTO STRANG XAVIER FILHO**

Mestre em Direito Ambiental pela Universidade de São Paulo (2021); LL.M pela Harvard Law School (2014). Procurador do Município de São Paulo.

**COORDENADORA DO NÚCLEO DE TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO: PROF. DRA. NATHALY CAMPITELLI ROQUE**

Mestre e Doutora em Direito na PUC/SP. Pós-doutorados pela Universidade Clássica de Lisboa (2013) e Universidade de Coimbra (2014). Professora do curso de graduação e pós graduação lato e stricto sensu da PUC/SP. Autora de livros e artigos científicos. Procuradora do Município de São Paulo.

**COORDENADOR DO NÚCLEO DE URBANÍSTICO, AMBIENTAL E DIFUSOS: PROF. DR. JOSÉ ANTONIO APPARECIDO JUNIOR**

Graduado pela Faculdade de Direito da PUC-SP, Especialista em Direito Público pela Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo, Mestre em Direito do Estado, com concentração em Direito Urbanístico, pela PUC-SP, e Doutor em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo.

Procurador do Município de São Paulo, tendo atuado, nesta função, na coordenação jurídica de elaboração de planos e projetos urbanos e licitações associadas, tais como a concessão urbanística da Nova Luz, e as operações urbanas consorciadas Rio Verde-Jacu, Lapa-Brás e Mooca-Vila Carioca. Na empresa municipal São Paulo Urbanismo, foi responsável pela análise jurídica e elaboração da proposta de marco legal dos Projetos de Intervenção Urbana Arco Pinheiros, Bairros do Tamanduateí, Arco Tietê e Vila Leopoldina-Villa Lobos.

Consultor em direito urbanístico, prestou serviços em projetos financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pela International Finance Corporation (IFC). Professor universitário, e de escolas superiores e cursos especializados. Membro da Comissão de Direito Urbanístico do IBRADIM, Coordenador Adjunto do Núcleo Cidade e Regulação do Laboratório de Cidades do Insper. Coordenador do Núcleo de Direito Urbanístico, Ambiental e Difusos em Geral do Centro de Estudos Jurídicos “Lúcia Maria Moraes Ribeiro de Mendonça” – CEJUR/PGM-SP e Escola Superior de Direito Público Municipal - ESDPM/PGM-SP.

**COORDENADOR DO NÚCLEO RESIDUAL: PROF. GILMAR PEREIRA MIRANDA**

Possui graduação em Direito pela Universidade de São Paulo(2005), especialização em Direito Municipal pela Universidade Anhanguera - Uniderp(2010), especialização em Gestão e Direito de Trânsito pela Faculdade INESP(2013), especialização em Direito Público pela Universidade do Sul de Santa Catarina(2010) e especialização em Direito Eleitoral pela Universidade Anhanguera - Uniderp(2011). Atualmente é Procurador do Município da Prefeitura Municipal de São Paulo.

**ASSISTENTE DE COORDENAÇÃO: NATHALIA LEONE MARCO**

Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental da Prefeitura de São Paulo, lotada no Centro de Estudos Jurídicos da Procuradoria Geral do Município. Especialista em Direito Municipal pela Escola Paulista de Direito – EPD. Bacharela em Direito pelas Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU. Educadora institucional da Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo – EMASP. Pesquisadora do Grupo Estrutura e Dinâmica do Estado Federal, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – FDUSP, no ano de 2022. Autora de artigos na área jurídica e de gestão pública.

## **5. FORMULAÇÃO DO CURSO**

O projeto, idealizado pela Coordenação Geral do CEJUR e desenvolvido pelas Coordenadorias dos respectivos Núcleos, conta ainda com o apoio dos professores ministrantes das disciplinas na criação das ementas e referências bibliográficas, além do próprio trabalho de gravação das aulas, acompanhamento dos alunos e formulação de perguntas de avaliação.

A equipe responsável pelo projeto fez reuniões individuais com os coordenadores de cada núcleo pedagógico do CEJUR, a saber: Constitucional, Administrativo, Tributário e Financeiro, Processo e Contencioso, Urbanístico/Ambiental/Difusos e Residual. A partir delas, foram decididas as aulas presentes em cada disciplina, de acordo com a importância e aplicabilidade à realidade da PGM/SP.

Posteriormente, foi elaborado um formulário para cadastro no banco de dados de professores, enviado à lista geral de Procuradores Municipais. Assim, garantiu-se que todos os integrantes da carreira fossem chamados a participar e contribuir com o projeto.

Na sequência, passou-se a atribuição das aulas, sendo os professores convidados a ministrar as disciplinas com base nas informações curriculares prestadas no formulário. Ato contínuo, foram colhidas as ementas de cada matéria, além das referências bibliográficas enviadas por cada professor.

O resultado é o oferecimento de um curso inédito e exclusivo, com participação massiva da carreira, que será a base para a formação e desempenho dos residentes jurídicos no exercício de suas funções.

## **6. OBJETIVOS GERAIS**

- Reforçar aspectos teóricos das disciplinas ministradas na graduação que tenham especial correlação com as competências dos municípios enquanto entes da federação;
- Conhecer as fontes do Direito Público Municipal, com estudo aprofundado de legislação, doutrina, jurisprudência e pareceres;
- Fornecer uma visão dos temas polêmicos e das novas teses que circundam as disciplinas ministradas;
- Compreender a organização, competência e especificidades do Município de São Paulo e a inserção da Procuradoria-Geral do Município nesse contexto;
- Permitir o aprofundamento nas principais questões jurídicas enfrentadas contemporaneamente pela Advocacia Pública Municipal com especial ênfase na Procuradoria-Geral do Município de São Paulo;
- Ministrar substrato teórico que permita a boa interpretação e aplicação do Direito no âmbito do contencioso e do consultivo;
- Compreender, por meio da interdisciplinariedade e transversalidade a correlação entre as disciplinas ministradas no curso e a consequente atuação coordenada da PGM face a esses assuntos;
- Estimular a reflexão e o espírito crítico na busca do aprimoramento das instituições municipais.

## **7. PERFIL DO EGRESSO**

Espera-se formar um estudante com pensamento crítico e atualizado com as principais questões teóricas e práticas da Advocacia Pública Municipal e do Direito Público Municipal em geral, apto a auxiliar os procuradores municipais em suas atribuições institucionais.

## **8. METODOLOGIA**

Aulas assíncronas, com a disponibilização de textos de apoio no ambiente virtual de aprendizagem. Isso sem qualquer prejuízo da promoção de encontros síncronos (ao vivo), inclusive presenciais, se o bom desenvolvimento do curso assim o exigir.

Os docentes são instruídos a ministrarem o conteúdo correlacionando os aspectos teóricos abordados com a explanação de casos concretos, buscando a integração e participação dos estudantes, por meio de metodologias ativas de aprendizagem, estimulando o pensar e o protagonismo na construção do conhecimento, por meio dos seguintes recursos:

- **APRENDIZAGEM BASEADA EM PROBLEMAS:** método no qual os estudantes resolvem, de forma colaborativa, situações problema para a construção de novos conhecimentos.
- **APRENDIZAGEM BASEADA EM PROJETOS:** os estudantes são desafiados a resolver um problema por meio de etapas metodológicas, visando a obtenção de um produto pedagógico.
- **SALA DE AULA INVERTIDA:** incentivo a que os estudantes acessem os conteúdos anteriormente à aula.
- **TRANSVERSALIDADE e INTERDISCIPLINARIDADE:** trazendo para a disciplina ministrada temas que se relacionem com o conteúdo de outras disciplinas.

Ao final de cada aula, os alunos são avaliados por meio de perguntas elaboradas pelos professores, sem prejuízo de outras formas de avaliação que os docentes julgarem pertinentes.

Além disso, haverá a avaliação específica por meio de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), segundo discriminado no item 15 do presente.

## **9. DETALHAMENTO DO AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM**

O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) adotado pelo CEJUR é a plataforma Moodle, considerando seu licenciamento gratuito e de código aberto, e sua ampla base de

usuários e escolas de governo que o tem utilizado, sendo desse modo, uma escolha compatível com as melhores práticas atuais.

A plataforma Moodle, contempla além do gerenciamento de cursos e usuários, a possibilidade do armazenamento dos arquivos necessários aos cursos: documentos que sejam em formatos de texto padrão (DOC, PDF etc) apresentações em slides e também a integração com vídeos auto armazenados ou disponíveis em plataformas de transmissão como Youtube, Vimeo ou MS Stream.

Além do gerenciamento e acompanhamento do progresso dos alunos, permitindo também a aplicação de avaliações e questionário, o sistema permite também o suporte aos alunos através de sistema interno de mensagens.

O aplicativo Moodle, em termos técnicos, trata-se de um software construído em PHP, com base de dados SQL e acessível online via internet, seguindo conceitos de acessibilidade e acesso por diferentes dispositivos como smartphones e tablets.

## **10. BIBLIOTECA**

A biblioteca do Centro de Estudos Jurídicos localiza-se no primeiro andar do edifício Leite de Barros, no largo do Pátio do Colégio nº5, 1º andar. É aberta ao público em geral e funciona todos os dias da semana, horário das 9h às 17h.

Seu acervo físico é composto por livros jurídicos, revistas doutrinárias de renomadas editoras, manuais de direito e códigos legislativos. O acervo abrange todas as áreas do Direito com destaque para o Direito Público Administrativo, Constitucional, Urbanístico e Processual. A totalidade de livros físicos atinge cerca de 11.000 títulos e aproximadamente 100 títulos de periódicos.

Além do acervo físico, a Biblioteca possui mais de 47.028 mil arquivos digitais jurídicos. Trata-se de pareceres produzidos pelo corpo de procuradores municipais os quais a biblioteca coleta, armazena, preserva e difunde por meio de seu [catálogo online](#) e [e-mail institucional](#). desta forma ela supre a demanda de solicitações das pesquisas virtuais, abrangendo o atendimento de procuradores e servidores. Por mês, a biblioteca possui em média 5,5 mil acessos à base de dados online e cerca de 354/mês pesquisas respondidas.

Por fim, a biblioteca possui rica coleção de obras raras. No total são 2.500 exemplares de diversas áreas do Direito e em diversos idiomas. São datados do século XVIII até início do XIX. A preservação e restauro desse material é feita diariamente por profissional da equipe que possui especialização na área, sendo a pesquisa aberta ao público mediante agendamento por [e-mail](#).

## **11. QUANTIDADE PREVISTA DE ALUNOS POR MEDIADOR/TUTOR:**

Os professores exercerão também a função de tutoria do curso, assistidos pelos servidores e estagiários integrantes da equipe. Estima-se, portanto, a ordem de no máximo 4 (quatro) alunos por mediador/tutor.



## 12. MATRIZ CURRICULAR:

- 100 hs/a assíncronas + 20h de encontros síncronos para dúvidas e orientação para o TCC

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CARGA-HORÁRIA</b>
<b>CONSTITUCIONAL</b>	<b>13 h</b>
Organização e Competência Municipal	2 h
Lei Orgânica Municipal	1h30
Papel do Município na defesa dos direitos e garantias fundamentais	2 h
Poder Executivo Municipal	2 h
Poder Legislativo Municipal	2 h
Controle de Constitucionalidade de leis Municipais	2 h
Funções Essenciais à Justiça	1h30
<b>ADMINISTRATIVO</b>	<b>27 h</b>
Organização Administrativa Municipal e Empresas Estatais Municipais	1 h
Poder de Polícia Municipal	1 h
Bens Públicos Municipais (uso, alienação e aquisição)	1 h
Intervenção do Município na Propriedade Privada	2 h
Serviços Públicos e Obras Municipais	2 h
Agentes Públicos Municipais	2 h
Processo Administrativo Municipal	1 h
Responsabilidade Civil do Município	1 h
Princípios e Objeto da Licitação	2 h
Sistema de Registro de Preços	1 h
Contratação Direta	1 h
Modalidades de Licitação	1 h
Procedimento da Licitação	1 h
Contratos Administrativos	2 h
Concessão e Permissão de Serviços Públicos Municipais	1 h
Terceiro Setor	2 h
Direitos e Deveres do Servidor Público Municipal, PAD e Código de Conduta	2 h
Controle da Administração Municipal	1 h

Improbidade Administrativa	1 h
Lei Anticorrupção	1 h
<b>PROCESSO E CONTENCIOSO</b>	<b>18 h</b>
Fazenda Pública municipal em juízo – prerrogativas (básico)	1 h
Procedimentos e instrumentos típicos da Fazenda Pública	2 h
Judicialização das políticas públicas municipais (saúde e educação)	2 h
Procedimentos FISC	2 h
Defesa dos bens públicos	2 h
Tutela executiva contra a Fazenda e em favor (Cumprimento, Extrajudicial, Obrigação de fazer)	1 h
Quadro geral de carreiras e remuneração dos servidores municipais (principais temas de contencioso); Regime próprio de previdência (aspectos gerais e reforma da previdência)	2 h
Sistema multiportas de justiça (arbitragem, mediação e conciliação – CEJUSC, Fazenda celebrando acordos, acordos administrativos, transação)	2 h
Direito e Processo do Trabalho	2 h
RPV e Precatórios (índices aplicáveis e juros)	2 h
<b>TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO</b>	<b>14 h</b>
Teoria Geral do Direito Tributário	3 h
Obrigação e Crédito tributário	3 h 30
Tributos Municipais (IPTU, ITBI, ISS, taxas e contribuições)	2 h 30
Administração Tributária Municipal	2 h
Noções de Direito Financeiro	3 h
<b>URBANÍSTICO, AMBIENTAL E DIFUSOS</b>	<b>15 h</b>
Estatuto da Cidade e Plano Diretor	2 h
Propriedade urbanística: função social da propriedade urbana, projetos e planos urbanísticos	2 h
Instrumentos jurídico-urbanísticos: o papel do Município	2 h
Licenciamento Urbanístico	2 h

O direito ambiental e o Município de São Paulo: competências e estrutura	3 h
Responsabilidade ambiental e o Município	2 h
Município e os direitos difusos - atuação administrativa e judicial	2 h
<b>RESIDUAL</b>	<b>13 h</b>
Interpretação e Aplicação do Direito na Advocacia Pública	2 h
Teoria Política e Relacionamento Institucional	2 h
Sistemas de Informação da Procuradoria	3 h
Ética Profissional na Advocacia Pública	1 h
Legislação especial do Município de São Paulo	3 h
Metodologia do Trabalho Científico	2 h

### 13. EMENTAS DAS DISCIPLINAS

#### CONSTITUCIONAL

##### **Organização e Competência Municipal**

Proporcionar a compreensão de que o Município é um ente da federação dotado de autonomia, expressa na trílice capacidade - auto-organização e legislação, autogoverno e autoadministração. Identificar o âmbito das competências municipais, destacando a relevância de sua compreensão para o desenvolvimento das atribuições da PGM na defesa do Município.

##### **Lei Orgânica Municipal**

Esta aula objetiva demonstrar ao residente os aspectos mais relevantes acerca da Lei Orgânica do Município de São Paulo. Inicialmente serão abordados conceitos básicos (autonomia, soberania, auto-organização) e a história acerca do documento. Num segundo momento, será analisado o conteúdo da Lei Orgânica de São Paulo.

##### **Papel do Município na defesa dos direitos e garantias fundamentais**

A aula abordará o papel do Município como ente político dotado do poder-dever de efetivar direitos e garantias fundamentais. Serão analisados: federalismo brasileiro como técnica de divisão de atribuições e separação de poderes; papel do ente municipal na formulação/execução de políticas públicas; autonomia e competências municipais; controle de constitucionalidade de leis e atos normativos municipais; discussão de casos práticos com análise dos temas de direito material e processual aplicáveis.

##### **Poder Executivo Municipal**

Esta aula objetiva minudenciar os aspectos teóricos e práticos inseridos nos artigos 29, 30 e 31, da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB-88), expondo as atuais tendências do tema e de suas aplicações práticas, sob ótica da advocacia pública municipal. Inicialmente, o tema será tratado a partir da interpretação literal dos dispositivos constitucionais, aprofundando-

se, posteriormente, para os delineamentos impostos pela jurisprudência do assunto e, ao final, a sua reprodução no âmbito da legislação municipal paulistana.

### **Poder Legislativo Municipal**

Esta aula objetiva apresentar os delineamentos do Poder Legislativo municipal trazidos pela Constituição da República Federativa do Brasil, expondo também os entendimentos jurisprudenciais e traçando os principais pontos contidos na legislação municipal paulistana acerca do tema. Serão fornecidas noções sobre o funcionamento da assessoria técnico-legislativa do Poder Executivo Municipal.

### **Controle de Constitucionalidade de leis Municipais**

A aula abordará como é feito o controle de constitucionalidade das leis municipais, seja por meio de ADI no Tribunal de Justiça local, seja em face da Constituição estadual em sede de controle difuso ou concreto, explicando os casos em que será possível chegar ao STF quando ocorre ofensa à Constituição Federal. Nesse sentido, serão abordadas as ações diretas de inconstitucionalidade, ações declaratórias de constitucionalidade e arguições de descumprimento de preceito fundamental de interesse do Município, bem como a representação de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo municipal ou estadual proposta pelo Prefeito (art. 14, inc. IX e X do Decreto 57.263/17).

### **Funções Essenciais à Justiça**

A aula abordará as funções essenciais à justiça listadas no Capítulo IV do Título IV da Constituição Federal (da Organização dos Poderes), a saber: Ministério Público (arts. 127 a 130 da CF/88); Advocacia Pública (arts. 131 e 132 da CF/88); Advocacia (art. 133) e Defensoria Pública (arts. 134 e 135 da CF/88). O enfoque, contudo, será para a Advocacia Pública, expondo aos alunos a relevância da Procuradoria Municipal em sua atuação em juízo e fora dele.

## **ADMINISTRATIVO**

### **Organização Administrativa Municipal e Empresas Estatais Municipais**

Esta aula apresentará o funcionamento da Administração Pública Direta e Indireta, incluindo nestas as autarquias, fundações governamentais e empresas estatais. Serão analisadas a independência administrativa e financeira dessas empresas, o princípio da especialidade e a legislação aplicável.

### **Poder de Polícia Municipal**

Esta aula visa conceituar o poder de polícia, seus limites e a distinção entre polícia administrativa e judiciária, abarcando legislação e princípios. Será dada ênfase à atividade de Polícia Municipal, caracterizando seus agentes responsáveis e apresentando ao aluno casos práticos para melhor entendimento do tema.

### **Bens Públicos Municipais (uso, alienação e aquisição)**

Esta aula visa apresentar a classificação e sistemática dos bens públicos municipais, focando naqueles pertencentes à Administração Pública Direta. Serão analisados o uso, a alienação e a cessão desses bens.

### **Intervenção do Município na Propriedade Privada**

Esta aula se propõe a expor as principais restrições estatais à propriedade. Para tanto, serão preliminarmente abordados temas fundamentais para a boa compreensão da matéria, tais como o conceito, evolução e atributos da propriedade, sua função social e os aspectos constitucionais e legais envolvidos. Posteriormente, serão estudadas as modalidades de intervenção na

propriedade: limitação administrativa, ocupação temporária, requisição, servidão, tombamento e desapropriação, dando-se ênfase na atuação do Município, principalmente no que diz respeito à atuação desapropriatória. Será abordada, ainda, a fase administrativa do procedimento expropriatório, bem como pontos especificamente relevantes da fase judicial.

### **Serviços Públicos e Obras Municipais**

Serviços públicos. Conceito. Critérios de definição (orgânico, formal ou material). Definição contemporânea. Classificações (titularidade, divisibilidade e exclusividade). Princípios aplicáveis. Princípio da continuidade do serviço público e da eficiência. Interrupção do serviço público. Descentralização do serviço público. Outorga ou delegação. Concessão e permissão de serviços públicos. Equilíbrio econômico-financeiro. Extinção da delegação dos serviços públicos. Obras públicas. Conceitos. Obras de grande vulto. Serviços de engenharia. Distinção. Consequências. Licitação de obras públicas. Requisitos específicos. Qualificação técnica. Considerações gerais acerca dos contratos administrativos. Cláusulas exorbitantes. Contrato de adesão. Requisitos dos contratos de obras públicas. Contrato intuito personae. Questão da subcontratação. Pagamento direto à subcontratada. Questão da sub-rogação contratual. Questão da cessão de crédito. Garantia contratual. Performance Bond. Mutabilidade dos contratos administrativos. Aditivos contratuais. Limites. Vigência dos contratos de obras públicas.

### **Agentes Públicos Municipais**

A disciplina tem por objetivo apresentar noções básicas sobre os agentes públicos municipais. Apresentará o conceito e a classificação dos agentes públicos, bem como um panorama sobre os regimes celetista e estatutário. Abordará as prerrogativas e as restrições constitucionais aplicadas aos profissionais da administração municipal. Examinará a teoria dos cargos públicos e o Estatuto dos servidores públicos municipais.

### **Processo Administrativo Municipal**

A disciplina tem por objetivo apresentar noções sobre o processo administrativo no âmbito Municipal. Estabelecer o conceito e a finalidade do processo administrativo; examinar os tipos de processo — de defesa e de participação — e as fases do processo, bem como a participação do administrado — aplicação do contraditório, institutos da audiência e consulta públicas. Pretende-se examinar a Lei municipal de processo administrativo e a eventual aplicação da Lei de processo federal.

### **Responsabilidade Civil do Município**

A aula abordará o conceito e os fundamentos legais e constitucionais da responsabilidade civil dos Municípios por atos omissivos e comissivos causados por seus agentes públicos, os requisitos para a indenização, as excludentes de responsabilidade e a jurisprudência sobre o tema. Será abordada, ainda, a legislação que trata do requerimento e processamento dos pedidos administrativos de ressarcimento por danos causados por ação ou omissão na prestação dos serviços públicos municipais.

### **Princípios e Objeto da Licitação**

O objetivo desta aula é apresentar os princípios aplicáveis à licitação, previstos na Lei n. 14.133/2021, bem como o âmbito de aplicação da licitação e os objetivos do procedimento licitatório.

### **Sistema de Registro de Preços**

Imersão no procedimento auxiliar de contratação pública, mediante observância de regras nacionais e compartilhamento de Atas de Registro de Preços entre os diversos Entes

Federativos. Agentes envolvidos no SRP. Adoção de ARP para serviços, compras e obras. Especificidades quanto ao processo licitatório e à execução da ARP.

### **Contratação Direta**

A aula abordará os requisitos para a contratação direta realizada pela Administração Pública, bem como as hipóteses de dispensa de licitação previstas na legislação federal. O conceito e os requisitos da contratação direta por inexigibilidade de licitação também serão especialmente abordados, assim como a jurisprudência sobre o tema.

### **Modalidades de Licitação**

O objetivo dessa aula é apresentar as modalidades de licitação previstas na Lei n. 14.133/2021, com ênfase nas mudanças trazidas em relação à Lei n. 8.666/1993. Serão abordadas as seguintes modalidades: concorrência, concurso, leilão, pregão e diálogo competitivo.

### **Procedimento da Licitação**

Estudo voltado a todos os procedimentos de licitações previstos na legislação para fins de providenciar a formalização do contrato administrativo. Visão panorâmica desde o procedimento de planejamento de contratações até a efetivação do certame e sua conclusão.

### **Contratos Administrativos**

Esta aula visa abordar tópicos relevantes e controversos costumeiramente encontrados na atuação do advogado público no âmbito da formalização e execução dos contratos administrativos, por meio da apresentação e exame de casos práticos. Serão abordadas, através da análise de casos em concreto, as diferenças e especificidades em relação aos contratos de serviços contínuos e por escopo; problemas usualmente enfrentados nas prorrogações dos contratos administrativos (requisitos formais a serem analisados na prorrogação, vantajosidade, exceções, formalização da prorrogação); execução de contratos nulos e dever de indenizar; alterações contratuais (princípio da identidade do objeto), hipóteses que admitem alteração contratual (limites quantitativos e qualitativos), reajuste, revisão, repactuação e rescisão.

### **Concessão e Permissão de Serviços Públicos Municipais**

Esta aula visa apresentar o conceito e as espécies de serviço público, bem como suas formas de prestação, abarcando sua delegação, por meio da concessão e permissão. Será dada ênfase aos serviços públicos municipais, por meio de apresentação de casos práticos que facilitem o entendimento do tema.

### **Terceiro Setor**

A aula consiste em apontar os aspectos gerais do Terceiro Setor. Iniciará com as concepções históricas do engajamento da sociedade civil como coadjuvante nas políticas públicas do país. Serão expostos os principais instrumentos para atuação do terceiro setor na Administração Pública, entre eles o contrato de gestão, o termo de parceria, o termo de fomento, o termo de colaboração e o acordo de cooperação. Ainda, apresentará tais instrumentos na estrutura normativa e cotidiana dos Municípios brasileiros, sobretudo do Município de São Paulo.

### **Direitos e Deveres do Servidor Público Municipal, PAD e Código de Conduta**

A aula vai abordar os Deveres e Infrações Funcionais do Servidor Público Municipal previstos na Lei 8989/79 (Estatuto do Servidor Público Municipal) e no Código de Conduta Municipal (Decreto Municipal 56.130/2015), além dos Procedimentos Disciplinares Investigativos e Punitivos previstos na Lei 8989/79, no Decreto Municipal 43.233/2003 e na Lei Municipal 15.764/2013. Serão abordados, ainda, aspectos processuais e procedimentais ligados à atuação do Departamento de Procedimentos Disciplinares em juízo, à exceção da matéria de

improbidade e combate à corrupção, abordadas oportunamente. Serão abordadas as atribuições referentes à instrução e relatoria de inquéritos, processos e sindicâncias (inclusive os de caráter penal) e a representação do Município em todos os juízos e instâncias nas ações judiciais que envolvam questões disciplinares dos servidores públicos, incluindo reintegração ao serviço público e demandas disciplinares correlatas.

#### **Controle da Administração Municipal**

Esta aula visa expor o tema do controle da administração pública municipal, tanto o externo, feito pelo Legislativo e Tribunal de Contas, quanto o interno. Inicialmente serão abordados conceitos básicos. Num segundo momento, serão abordados os órgãos e entidades de diversas formas de controle, incluindo o judicial, abordando alguns de seus instrumentos.

#### **Improbidade Administrativa**

Esta aula visa apresentar aos residentes a Lei de Improbidade Administrativa, em especial, os seguintes pontos: evolução legislativa; tendências interpretativas; precedentes jurisprudenciais, relação com as demais normas do Sistema Brasileiro de Combate à Corrupção e promoção da Integridade Pública. Serão abordadas, ainda, peculiaridades do procedimento da lei de improbidade, dando ênfase nas atribuições de PGM/PROCED na apuração de atos de improbidade administrativa.

#### **Lei Anticorrupção**

Esta aula será destinada a um breve exame dos tipos e do procedimento legal do Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) de Pessoa Jurídica, tendo em vista a importância do tema para as atividades da advocacia pública, relativamente ao controle interno da Administração Pública.

## **PROCESSO E CONTENCIOSO**

#### **Fazenda Pública municipal em juízo – prerrogativas (básico)**

A aula inaugural do Núcleo Processo e Contencioso objetiva introduzir o residente nas principais peculiaridades que caracterizam a Fazenda Pública em juízo, de forma introdutória, partindo da definição e abrangência de "Fazenda Pública" e com enfoque em casos práticos da atuação dos Procuradores do Município, a fim de situar o residente no debate já ocorrido nos tribunais superiores sobre os pontos abordados. Expõem-se, por exemplo, a forma de contagem dos prazos processuais, limites à tutela antecipada e aos honorários sucumbenciais e aspectos do cumprimento de sentença condenatória da Fazenda Pública a pagar quantia certa.

#### **Procedimentos e instrumentos típicos da Fazenda Pública**

A aula visa a trabalhar alguns dos procedimentos especiais mais comuns e importantes no dia a dia da Fazenda Pública em juízo. Pretende-se abordar, a partir de casos práticos, os seguintes procedimentos especiais: Mandado de Segurança; Juizados Especiais da Fazenda; Incidente de Suspensão de Segurança. A ideia é apresentar casos práticos reais (ainda que ocultando alguns dados para fins de sigilo profissional) e extrair e debater as principais peculiaridades dos procedimentos especiais estudados, bem como algumas de suas controvérsias. Dessa forma, pretende-se que o residente consiga entender e enxergar de forma concreta as particularidades processuais dos referidos procedimentos, possibilitando a aplicação dos conceitos aprendidos no auxílio aos Procuradores do Município.

### **Judicialização das políticas públicas municipais (saúde e educação)**

A aula abordará o tema da eficácia das normas constitucionais que veiculam direitos fundamentais sociais e como as políticas públicas são ferramentas para a concretização de tais direitos. Serão objeto de análise: ciclo das políticas públicas; intervenção do poder judiciário nas políticas públicas, incluindo discussões sobre reserva do possível, mínimo existencial e discricionariedade administrativa; primazia da tutela coletiva em confronto com a litigância individual; a defesa do Município em Juízo nas ações judiciais que dizem respeito aos direitos à saúde e à educação (aspectos materiais e processuais).

### **Procedimentos do Contencioso Fiscal**

Noções de execução fiscal (desde o lançamento tributário e não tributário até a extinção da execução) e das ações antiexacionais (ação declaratória de inexistência de relação juridico-tributaria, ação anulatória de lançamento, ação de repetição de indébito e mandado de segurança em matéria tributária).

### **Defesa dos bens públicos**

A aula tem como objetivo principal tecer algumas considerações sobre a defesa dos bens públicos, materiais e imateriais, pela Municipalidade. Nesse sentido, serão abordados, em síntese: estudo de domínio, usucapião, retificação, reivindicatória/imissão na posse, possessória e tombamento.

### **Tutela executiva contra a Fazenda e em favor (Cumprimento, Extrajudicial, Obrigação de fazer)**

Esta aula visa a abordar a tutela executiva em favor e contra a Fazenda Pública em juízo, perpassando o tema do cumprimento de sentença/execução em face da Fazenda Pública, a defesa e os recursos cabíveis, as astreintes e a possibilidade de revisão da multa, a Fazenda Pública exequente, os mecanismos de constrição patrimonial etc.

### **Quadro geral de carreiras e remuneração dos servidores municipais (principais temas de contencioso); Regime próprio de previdência (aspectos gerais e reforma da previdência)**

A primeira aula abordará as espécies de servidor público e de sua remuneração, destacando as orientações jurisprudenciais mais importantes sobre os temas, bem como apresentando as questões mais atuais. A segunda aula apresentará as regras gerais do regime próprio de previdência dos servidores públicos municipais, com destaque para as regras de transição ainda vigentes, regras especiais de aposentadoria e jurisprudência correlata.

### **Sistema multiportas de justiça (arbitragem, mediação e conciliação – CEJUSC, Fazenda celebrando acordos, acordos administrativos, transação)**

Esta aula tem por objetivo apresentar os métodos alternativos de solução de conflitos envolvendo a Administração Pública, como a negociação, a conciliação, a mediação, o dispute board e a arbitragem. Será apresentado o panorama normativo, os projetos em desenvolvimento, os resultados já alcançados e as dificuldades encontradas para a implementação desses métodos de resolução de disputas. Também será objeto de estudo a Lei Municipal de Desjudicialização.

### **Direito e Processo do Trabalho**

Essa aula visa explicar a relação do Direito do Trabalho com a Administração Pública. Explica qual é a competência da Justiça do Trabalho, e como ele se relaciona com o Direito Administrativo. Relembra o conceito e modalidades de agentes públicos, indicando a aplicabilidade das normas trabalhistas a cada uma delas. Visa entender o regramento do servidor público celetista (empregado público) do ponto de vista da legislação em vigor. Ainda, e



principalmente, explica a condenação subsidiária dos entes públicos nas terceirizações, nos termos da Súmula 331 do TST, especificando seu histórico e a Jurisprudência dos tribunais sobre a matéria. Para tanto, passará pelas normas materiais e processuais pertinentes ao tema. Por fim, trará casos práticos para análise demonstrando a aplicação dos conceitos estudados.

### **RPV e Precatórios (índices aplicáveis e juros)**

Esta aula irá expor conceitos básicos de precatórios e requisições de pequeno valor, bem como as principais diferenças entre os dois institutos. Na sequência, eles serão tratados separadamente, com enfoque na demonstração da aplicação das normas constitucionais, legais e regulamentares na prática e na rotina da Procuradoria Geral do Município. Será exposto todo o roteiro de recebimento, cadastro e processamento de precatórios e requisições de pequeno valor nos sistemas informatizados da Prefeitura de São Paulo, bem como noções gerais a respeito do seu trâmite pelo Núcleo de Precatórios, pelos setores de contabilidade e pelos departamentos oficiais.

## **TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO**

### **Teoria Geral do Direito Tributário**

Esta aula abordará os princípios e normas gerais de interpretação e aplicação do Direito Tributário, presentes nos artigos 96 e seguintes do CTN, tais como aplicação e vigência da legislação tributária, interpretação e integração da legislação tributária etc.

### **Obrigação e Crédito tributário**

A disciplina pretende capacitar os alunos para a aplicação dos artigos 113 e seguintes do Código Tributário Nacional, explicando e distinguindo conceitos importantes da matéria como o de obrigação tributária, crédito tributário, fato gerador, sujeito passivo, sujeito ativo, base de cálculo, lançamento tributário, responsabilidade tributária, suspensão, exclusão e extinção do crédito tributário. Serão apresentados os dispositivos legais que regem o tema, bem como importantes precedentes dos tribunais superiores que afetam a atuação da Fazenda Pública.

### **Tributos Municipais (IPTU, ITBI, ISS, taxas e contribuições)**

A disciplina tratará dos principais tributos arrecadados pelos municípios brasileiros, com especial enfoque para o ISS, o IPTU e o ITBI, pela sua relevância em termos de arrecadação e volume de trabalho, tanto para a administração tributária quanto para a procuradoria municipal. Serão apresentados os principais dispositivos legais nacionais e municipais que regem o tema, bem como os precedentes judiciais mais relevantes para o trabalho dos procuradores municipais.

### **Administração Tributária Municipal**

Esta aula abordará os principais tópicos da Administração tributária municipal, o que abrangerá: estrutura, cargos, competências, atribuições, instâncias de julgamento, encaminhamentos, interação com a PGM, trocas institucionais e relacionamento com o Governo.

### **Noções de Direito Financeiro**

A aula visa abordar as principais noções de Direito Financeiro, como os princípios orçamentários, os conceitos de receita e despesa públicas municipais, os principais aspectos do orçamento municipal, passando por todo seu ciclo: planejamento, aquisição e liquidação. Também serão abordados os importantes instrumentos de planejamento orçamentários: PPA, LDO e LOA.

## **URBANÍSTICO, AMBIENTAL E DIFUSOS**

### **Estatuto da Cidade e Plano Diretor**

Art. 182 da Constituição Federal: a política de desenvolvimento urbano. Objeto da Lei Federal n. 10.257/2001: normas de planejamento e normas de instrumentação do desenvolvimento urbano. Diretrizes gerais de política urbana. Instrumentos da Política Urbana. O Plano Diretor. Competências do Município. Criação de instrumentos jurídicos específicos. A Lei n. 16.050/2014 – Plano Diretor Estratégico e o Estatuto da Cidade.

### **Propriedade urbanística: função social da propriedade urbana, projetos e planos urbanísticos**

Esta aula abordará a função social da propriedade urbana, noções sobre competência urbanística, conceito de propriedade: evolução, propriedade no Código Civil; noções de direitos reais, função social no direito brasileiro. Serão abordados os instrumentos do Estatuto da Cidade – PEUC, IPTU progressivo no tempo e desapropriação-sanção. Por fim, serão abordados os planos e projetos urbanos: noções sobre intervenção urbanística, operações urbanas consorciadas, além de casos práticos envolvendo PIUs, Cracolândia e Parklets.

### **Instrumentos jurídico-urbanísticos: o papel do Município**

Esta aula visa apresentar os instrumentos jurídico-urbanísticos contemplados pelo Estado da Cidade em seu artigo 4º, no intuito de familiarizar os alunos com a terminologia e regime jurídico dos instrumentos a serem manobrados pelo Município para implementação das diretrizes da política de desenvolvimento urbano postas pelo Estatuto da Cidade e pelos seus respectivos Planos Diretores.

### **Licenciamento Urbanístico**

Regime jurídico das licenças e suas características clássicas. Qualificação do solo urbano pela legislação urbanística e o traço distintivo da licença urbanística. Conceito e elementos da licença urbanística. Espécies de licença urbanística. Licenças edilícias. Licenças de localização, funcionamento e “habite-se”. Licença de parcelamento, remembramento ou desdobro. Licenciamento de impacto de vizinhança e ambiental. Condicionantes e controle externo das licenças urbanísticas.

### **O direito ambiental e o Município de São Paulo: competências e estrutura**

Esta aula tem por objetivo apresentar aos alunos noções introdutórias sobre as competências e estrutura do direito ambiental a nível local e as interfaces entre o direito urbanístico e o direito ambiental, abrangendo o distanciamento e a aproximação das duas disciplinas. Num segundo momento, discorreremos sobre as principais características do estudo de impacto ambiental e o estudo de impacto de vizinhança, apontando semelhanças e diferenças entre os dois instrumentos, para, a seguir, apresentar a Lei da Política de Mudança de Clima no Município de São Paulo e as principais disposições do PlanClimaSP.

### **Responsabilidade ambiental e o Município**

Responsabilidade ambiental do Município. O paradigma constitucional. As competências urbanística e de proteção do meio ambiente urbano natural e artificial. Dano ambiental e dano urbanístico. As espécies de responsabilidade. Aspectos específicos do Município de São Paulo. Estudo de casos atuais.

### **Município e os direitos difusos - atuação administrativa e judicial**

Serão apresentados aos alunos o conceito e as espécies dos direitos transindividuais, além da tutela administrativa e judicial, esta última tendo como principal instrumento a ação civil pública. Será diferenciado o interesse público primário do secundário, oportunidade na qual será explicada a proteção ao erário como viabilizador do interesse público primário. A aula contará com exposição de casos práticos e abordará a atuação do Procon Municipal. Serão abordados, ainda, aspectos práticos do acompanhamento de inquéritos civis e procedimentos preparatórios ou investigativos em face do Município, bem como da celebração de termos de ajustamento de conduta.

## **RESIDUAL**

### **Interpretação e Aplicação do Direito na Advocacia Pública**

Esta aula visa expor as atuais tendências do tema interpretação e aplicação do direito sob ótica da advocacia pública. Inicialmente serão abordados conceitos básicos como a distinção entre os raciocínios analítico e dialético, as bases do chamado “desafio kelseniano”, o direito como prudência e o direito como tecnologia. Num segundo momento, a par das diferenças entre as funções do contencioso e do consultivo, serão abordados princípios básicos aplicáveis na tarefa de interpretação e aplicação do direito pelo advogado público municipal, tais como a proibição da interpretação e aplicação *contra legem*, aplicação corretiva da norma (LINBD), alternatividade ou atingimento do interesse, consequência prática ou reflexo da aplicação, indisponibilidade do interesse público etc.

### **Teoria Política e Relacionamento Institucional**

A par dos conceitos básicos da teoria política, esta aula abordará o processo de implementação das políticas públicas, por meio do conhecimento dos poderes e competências dos atores envolvidos. Abordará também aspectos práticos do relacionamento institucional com a Câmara Municipal, Tribunal de Contas do Município, Ministério Público, Defensoria Pública, Poder Judiciário, Sociedade Civil etc.

### **Sistemas de Informação da Procuradoria**

As aulas objetivam apresentar os sistemas de trabalho utilizados diuturnamente pela PGM, tais como Portal PGM, SEI, SIAJd, eSAJ/TJSP, Biblioteca (CEJUR), Legislação Municipal (Cadlem) e PGM-Calc. Além disso, serão apresentadas noções gerais sobre Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e noções básicas de Excel.

### **Ética Profissional na Advocacia Pública**

Esta aula visa apresentar aos alunos as normas e princípios deontológicos das profissões forenses, com especificação na Advocacia Pública.

### **Legislação especial do Município de São Paulo**

Visa apresentar, numa visão panorâmica a atuação de algumas das principais secretarias municipais e as principais leis municipais que são objeto do dia a dia das Assessorias Jurídicas, não contempladas nas temáticas dos demais núcleos (ex: legislação de Assistência Social, da Pessoa com Deficiência, de Trânsito e Mobilidade etc...).

### **Metodologia do Trabalho Científico**

Natureza do conhecimento e do método científico. O projeto de pesquisa: determinação e delimitação do tema e do problema da pesquisa, formulação das hipóteses, os objetivos, pesquisa bibliográfica, conceito, procedimentos, planejamento e prática da pesquisa.

Estabelecimento do cronograma de pesquisa. Normas ABNT para elaboração de trabalho acadêmico, artigo científico e referências bibliográficas.

#### **14. FUNCIONÁRIOS ADMINISTRATIVOS DISPONÍVEIS PARA O CURSO**

- Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental (APPGG);
- Coordenadora Pedagógica;
- Assessora Técnica;
- Analista de Informações, Cultura e Desporto;
- Bibliotecária;
- Estagiários.

#### **15. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)**

De acordo com o art. 21 e seguintes da Portaria 131 da PGM/SP, os residentes elaborarão monografia que consistirá em um documento que aborde tema jurídico compatível com a atuação da Procuradoria-Geral do Município ou dos órgãos da Administração Pública Direta, Autarquias ou Fundações do Município de São Paulo envolvidos no Programa de Residência Jurídica. A monografia poderá ser apresentada sob a forma projeto de pesquisa ou artigo acadêmico. Os projetos de pesquisa deverão versar sobre temas de interesse da Procuradoria-Geral do Município, a serem aprovados pelo CEJUR e pela Comissão Organizadora.

A monografia a ser desenvolvida pelos Residentes que estiverem cursando Especialização, Mestrado, Doutorado ou Pós-doutorado poderá ser dispensada, no interesse da Administração, mediante deliberação da sua pertinência pelo CEJUR e pela Comissão Organizadora, por apresentação de trabalho científico elaborado junto ao respectivo curso de pós-graduação, que desenvolva tema de interesse da Procuradoria-Geral do Município, desde que concluído ao tempo da sua participação no Programa de Residência e obtida aprovação no âmbito do respectivo curso.

#### **16. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS PRELIMINARES**

##### **CONSTITUCIONAL**

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito Constitucional Descomplicado**. 20. ed. São Paulo: MÉTODO, 2021.

BARROSO, Luiz Roberto. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2022.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Fundamentos para uma Teoria Jurídica das Políticas Públicas**. São Paulo: Saraiva, 2021.

BULOS, Uadi Lammêgo. **Curso de Direito Constitucional** – 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2022.

CASTRO, José Nilo de. **Direito municipal positivo**. 7. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

LEAL, Rogério Gesta. **Riscos e possibilidades do ativismo judicial na democracia**. A&C – Revista de Direito Administrativo & Constitucional, Belo Horizonte, ano 21, n. 83, p. 119-135, jan./mar. 2021.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2022.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Municipal Brasileiro**. 18. ed. São Paulo: Malheiros, 2017.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2022.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 37. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

TAVARES, André Ramos. **Curso de direito constitucional** – 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2022.

## **ADMINISTRATIVO**

BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; MARTINS, Ricardo Marcondes. **Tratado de direito administrativo - v. 5: Ato administrativo e procedimento administrativo**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.

CAHALI, Yussef Said. **Responsabilidade Civil do Estado**. 5.ed. São Paulo: RT, 2014.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

CHAHAIRA, Bruno Valverde. **Terceiro setor, direitos fundamentais e as políticas públicas no Brasil em crise**. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2018.

CUCINELLI, Otavio Henrique Simão e. Impedindo a autofagia das fundações de direito público pelos órgãos de controle da mesma Administração Pública no bojo da Lei Anticorrupção. In: OLIVEIRA FILHO, Gilberto Bernardino de; MARCO, Nathalia Leone. **A Boa gestão pública e novo direito administrativo: dos conflitos às melhores soluções práticas**. São Paulo: SGP - Soluções em Gestão Pública, 2021, p. 466-487.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Parcerias na Administração Pública – concessão, permissão, franquia, terceirização, parceria público-privada e outras formas**. São Paulo: Atlas. 2015.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella; MARRARA, Thiago. **Lei Anticorrupção comentada**. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

GARCIA, Flavio Amaral. **Licitações e contratos administrativos: casos e polêmicas**. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2018, p. 353/471.

GREGO-SANTOS, Bruno; BERNARDO, Leandro Ferreira; FRACALOSSO, William (orgs.). **Temas avançados da advocacia pública: advocacia pública e combate à corrupção, vol. IV**. Curitiba: ESA, 2014.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de Direito Administrativo**. 11. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas**. São Paulo: RT, 2021, pp. 1157-1185.

LIMA, Leo Vinicius Pires de. **Prática Administrativa**. 4. Ed. São Paulo: Método, 2016.

MARRARA, Thiago. **Direito administrativo: transformações e tendências**. Grupo Almedina, 2019.

MARTINS, Ricardo Marcondes. **Regulação administrativa à luz da Constituição Federal**. São Paulo: Malheiros, 2011.

MARTINS, Ricardo Marcondes. **Estudos de direito administrativo neoconstitucional**. São Paulo: Malheiros, 2015.

MEDAUAR, Odete. **Direito administrativo moderno**. 15. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 35. ed. São Paulo: Malheiros e JusPodivm, 2021.

MENDES, Michelle Diniz. **Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil**. 2 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

MENEZES, Rafael Alves de. **Direito Contratual das Obras Públicas**. Salvador: JusPODIVM, 2020.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. **Curso de direito administrativo: parte introdutória, parte geral e parte especial**. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

NIEBUHR, Joel de Menezes. **Licitação pública e contrato administrativo**. 4. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015.

RODRIGUES, Rodrigo Bordalo. **Nova lei de licitações e contratos administrativos: principais mudanças**. São Paulo: Saraiva Expressa, 2021.

SANTANA, Fabio Reis de. **Compartilhamento de Recursos na Administração Pública: limites e possibilidades**. Curitiba: Appris, 2021.

STOCCO, Rui. **Tratado de Responsabilidade Civil**. 5.ed. São Paulo: RT, 2001.

SUNDFELD, Carlos Ari; SOUZA, Rodrigo Pagani de. **As modernas parcerias com o Terceiro Setor. In: Carlos Ari Sundfeld. (Org.). Contratações públicas e seu controle**. São Paulo: Malheiros, 2013.

## **PROCESSO E CONTENCIOSO**

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Fundamentos para uma Teoria Jurídica das Políticas Públicas**. São Paulo: Saraiva, 2021.

CUNHA, Leonardo Carneiro da. **Fazenda Pública em Juízo**. 17. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

DIDIER JR., Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. **Curso de Direito Processual Civil: Execução**. V.5. 12. ed. Salvador: Ed. Juspodivm. 2022.

FAIM FILHO, Eurípedes Gomes, *Precatórios e Requisições de Pequeno Valor no Direito Constitucional e no Direito Financeiro*, São Paulo: IPAM, 2018.

FERNANDES, Felipe; ANDRADE, Gustavo; GOUVEIA, Raquel. **Direito e Processo do Trabalho para a Advocacia Pública**. 3. ed. Salvador: Juspodivm, 2022.

LEAL, Rogério Gesta. **Riscos e possibilidades do ativismo judicial na democracia**. A&C – Revista de Direito Administrativo & Constitucional, Belo Horizonte, ano 21, n. 83, p. 119-135, jan./mar. 2021.

MOREIRA, Egon Bochmann; GRUPENMACHER, Betina Treiger; KANAYAMA, Rodrigo Luís; AGOTTANI, Diogo Zelak, *Precatórios: O seu novo regime jurídico*, 2º ed. São Paulo: Thomson Reuters, 2019.

RODRIGUES, Marco Antonio. **A fazenda pública no processo civil**. São Paulo: Atlas, 2016.

TONIN, Mauricio Morais. **Arbitragem, Mediação e Outros Métodos de Solução de Conflitos Envolvendo o Poder Público**. São Paulo: Almedina, 2019.

TONIN, Mauricio Morais. Lei nº 17.324/2020 do Município de São Paulo: Institui a Política de Desjudicialização no Âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta. In: Revista Brasileira de Arbitragem, v. 66, p. 157-174, 2020.

VITORELLI, Edilson. **Processo Civil Estrutural: Teoria e Prática**. Salvador: Juspodivm, 2022.

## **TRIBUTÁRIO/FINANCEIRO**

ABRAHAN, Marcus. **Curso de direito financeiro brasileiro**. São Paulo: Grupo GEN, 2020. Partes I e IV.

AGUIRREZÁBAL, Rafael; MACEDO, Alberto. (Coords.) **Gestão tributária municipal e tributos municipais**. Volumes 1 a 8. Quartier Latin, São Paulo, 2011.

BALEEIRO, Aliomar. **Limitações Constitucionais ao direito de tributar**. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

CONTI, José Maurício. **O planejamento orçamentário da administração pública no Brasil**. São Paulo: Blucher, 2020. Capítulos 2 e 3.

COSTA, Regina Helena. **Curso de Direito Tributário**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

MACEDO, Alberto. **ITBI - Aspectos constitucionais e infraconstitucionais**. Quartier Latin, São Paulo, 2008.

MACEDO, Alberto (Coord.). **ISS - Pelos conselheiros julgadores**. Quartier Latin, São Paulo, 2012.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário**. Salvador: Juspodivm, 2020.

SCHOUERI, Luis Eduardo. **Direito tributário**. Saraiva: São Paulo, 2019.

PISCITELLI, Tathiane. **Direito Financeiro**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

## **URBANÍSTICO**

APPARECIDO JUNIOR, José Antonio et al. **Propriedade urbanística e edificabilidade: o plano urbanístico e o potencial construtivo na busca das cidades sustentáveis**. 2011.



BECHARA, Erika. **Licenciamento e compensação ambiental na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)**. São Paulo: Atlas, 2009.

BENJAMIN, Antonio Herman V. RESPONSABILIDADE CIVIL. **Law Review**, v. 24, p. 54, 1987.

(<https://www.dropbox.com/s/0i8nrfv23ec4pnf/RESPONSABILIDADE%20CIVIL%20PELO%20DANO%20AMBIENTAL%20Herman%20Benjamin.pdf?dl=0>)

FARIAS, Talden. **Licenciamento ambiental: aspectos teóricos e práticos**. 6. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

LEVIN, Alexandre. **Plano diretor como instrumento jurídico de organização do espaço urbano e as perplexidades causadas por sua aplicação**. Revista Jurídica da Procuradoria Geral do Município de São Paulo, v. 1, n. 11, 2021.

MENCIO, Mariana ; SOTTO, DEBORA . **A regularização fundiária em áreas de preservação permanente e os compromissos em adaptação climática assumidos pelo Brasil em sua iNDC: avanços ou retrocessos?**. In: Lilian Regina Gabriel Moreira Pires; Geeta Tewari. (Org.). 5ª Conferência Anual de Direito Urbanístico Internacional & Comparado. 1ed.Belo Horizonte: Forum, 2019, v. 1, p. 285-318.

MIRRA, Álvaro Luiz Valery. **Controle social pela via judicial das omissões do poder público em matéria ambiental no Brasil: aspectos da evolução doutrinária e jurisprudencial**. 2020. (

(<https://www.dropbox.com/s/jovugvs79gkd68i/CONTROLE%20SOCIAL%20PELA%20VIA%20JUDICIAL%20DAS%20OMISS%20ES%20DO%20PODER%20PUBLICO.pdf?dl=0>)

NIEBUHR, Pedro. **Processo administrativo ambiental: licenciamento e fiscalização ambiental**. Belo Horizonte: Fórum, 2021.

PINTO, Victor Carvalho. **Direito urbanístico: plano diretor e direito de propriedade**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

RODRIGUES, Marcelo. **Direito ambiental esquematizado**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

SOTTO, D.. **Inovação em Adaptação e Mitigação Climática para Cidades Inteligentes e Resilientes**. In: Lilian Regina Gabriel Moreira Pires. (Org.). Cidades Inteligentes, Humanas e Sustentáveis - II Encontro Internacional de Direito Administrativo Contemporâneo e os Desafios da Sustentabilidade. 1ed.Belo Horizonte: Arraes, 2020, v. 1, p. 227-234.

SOTTO, DEBORA; RIBEIRO, DJONATHAN GOMES ; et al. **Sustentabilidade urbana: dimensões conceituais e instrumentos legais de implementação.** ESTUDOS AVANÇADOS (ONLINE), v. 33, p. 61-80, 2019.

## **RESIDUAL**

AIETA, Vânia Siciliano. **Partidos Políticos. Estudos em homenagem ao prof. Siqueira Castro.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

AKATOS, E. M.; MARCONI, M.A. *Fundamentos de metodologia científica.* 3ª. Ed. São Paulo: Atlas, 1994.

ANGOTTI, JR. **A Busca da Hermenêutica do Justo – Uma abordagem à Luz do Pensamento de Hans-Georg Gadamer.** Porto Alegre: Núria Fabris, 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS- *NBR 14.724:* Informação e documentação - Trabalhos acadêmicos - Apresentação. Agosto 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - *NBR 10520:* Informação e documentação - Citações em documentos - Apresentação. Agosto 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - *NBR 6023:* Informação e documentação - Referências - Elaboração. Agosto 2002.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Fundamentos para uma teoria jurídica das políticas públicas.** São Paulo: Saraiva, 2013.

\_\_\_\_\_. **Quadro de referência de políticas públicas. Primeiras linhas de uma visão jurídico-institucional.** In: SMANIO, Gianpaolo Poggio; BERTOLIN, Patrícia Tuma; BRASIL, Patrícia Cristina (Orgs.). *O Direito na Fronteira das Políticas Públicas.* São Paulo: Páginas e Letras, 2015, pp. 7-16.

CARNOY, Martin. **Estado e Teoria Política.** 4ª ed., Campinas: Papirus, 1994.

COUTINHO, Diogo R. **O direito nas políticas sociais brasileiras: um estudo sobre o programa Bolsa Família.** In SCHAPIRO, Mario G. e TRUBEK David M. (orgs.). *Direito e Desenvolvimento um diálogo entre os Brics.* São Paulo: Saraiva, 2012, pp. 73-122.

DESCARTES, Rene. **Discurso sobre o método.** São Paulo: Edipro, 2 ed. 2006. Os pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

ESSER, Joseph. **Precomprensione e scelta del metodo nel proceso di individuazione del diritto: Fondamenti di razionalità nella prassi decisionale del giudice**. Camerino: Edizioni Scientifiche Italiane - Università de Camerino, 2010.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. **Direito, Retórica e Comunicação: subsídios para uma pragmática do discurso jurídico**. São Paulo: Saraiva, 1997.

GRAU, Eros Roberto. **Ensaio e Discurso sobre a interpretação/aplicação do direito**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

GRONDIN, Jean. **Hermenêutica**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

KYMLICKA, Will. **Filosofia política contemporânea: uma introdução**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

LOPES, José Reinaldo de Lima Lopes. **Juízo Jurídico e a falsa solução dos princípios e das regras**. Revista de Informação Legislativa, ano 40, n 160, 2003.

NASCIMENTO, Carlos Arthur Ribeiro do. **A prudência segundo Santo Tomás de Aquino**. Síntese nova fase, v.20, n.62, p.365-385, 1993.

NUNES, Benedito. **A Filosofia Contemporânea**. 2 ed. rev. e ampl. São Paulo: Ática, 1991.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico** [livro eletrônico]. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SOUZA, Celina. **Estado da arte da pesquisa em políticas públicas**. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (Orgs.). Políticas Públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007, pp. 65-86.

TOMÁS DE AQUINO. **Comentários à Ética a Nicômaco**. Livro I, 1-8 (trad. de José Reinaldo de Lima Lopes).

## **ANEXO – CURRÍCULO DO CORPO DOCENTE**

### **PROF. DR. ALEXANDRE LEVIN**

Possui graduação em Direito pela Universidade de São Paulo (1998) e é mestre (2008) e doutor (2014) em Direito do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Procurador do Município de São Paulo desde 2000, atualmente exercendo a função de Assessor Jurídico na Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL). Professor de Direito Administrativo e de Direito Ambiental no Curso de Graduação em Direito da Escola Paulista de Direito (EPD). Professor do Curso de Especialização em Direito Administrativo da PUC-SP/COGEAE. Professor de Cursos de Pós-Graduação em Direito Público e Direito Municipal (FADUSP/RP, EPD, Damasio). Membro efetivo da Comissão de Direito Urbanístico da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção São Paulo (OAB-SP). Membro efetivo da Comissão de Direito Administrativo da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de São Paulo (2019 - 2020). Membro efetivo do Instituto de Direito Administrativo Sancionador Brasileiro (IDASAN). Advogado em São Paulo.

### **PROF. ARTUR DE ALBUQUERQUE TORRES**

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Alagoas (2009). Especialista (pós-graduação lato sensu) em Direito Tributário, com grau de pós-graduação lato sensu obtido em 2014. É advogado e procurador do município na Procuradoria Geral do Município de São Paulo. Atualmente está lotado no Departamento de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio (DEMAP). Tem experiência profissional em Direito Penal, Processual Penal, Processual Civil, Administrativo, Urbanístico e Ambiental.

### **PROF. BEATRIZ DE OLIVEIRA ROYER MASSONETTO**

Pós-graduada em Patrimônio Cultural, Memória e Preservação com graduação em Letras, bacharelado em Biblioteconomia, possui experiência em organização de acervo bibliográfico e documental; atendimento ao pesquisador; elaboração de relatórios, além de gerenciamento da biblioteca, processamento técnico, ações culturais e eventos.

### **PROF. MS. BRUNO DAMASCENO**

Mestre em Gestão e Políticas Públicas pela EAESP/FGV. Especialista em Direito Econômico pela FGV. Especialista em Direito Tributário pelo Juspodivm. Procurador do Município de São Paulo.

### **PROF. MS. CARLOS FIGUEIREDO MOURÃO**

Graduado em Ciências Jurídicas pelo Mackenzie. Mestre em Direito Constitucional pela PUC/SP. Procurador do Município de São Paulo. Exerceu as funções de Chefe de Gabinete da PGM, Coordenador do CEJUR e Corregedor Geral do Município, além da presidência da Associação dos Procuradores do Município de São Paulo e da Associação Nacional dos Procuradores Municipais.

**PROF. MS. CELSO COCCARO**

Mestre em interesses difusos e coletivos pela PUC. Foi procurador do Município de São Paulo e ocupou o cargo de Procurador-Geral em 2005 a 2013.

**PROF. DR. CLAUDIO MENDONÇA BRAGA**

Doutor em Direito do Estado (USP). Mestre em Direito do Estado (USP). Graduado em Direito (USP). Professor de Direito, com experiência em cursos de graduação, pós-graduação, de capacitação profissional e preparatórios para concursos públicos. Procurador do Município de São Paulo.

**PROF. DANIELA DOBNER**

Graduada na Universidade de São Paulo. Especialista em Direito Penal pela Escola Paulista da Magistratura. Especialista em Direito Público pela Escola Paulista da Magistratura. Procuradora do Município de São Paulo.

**PROF. DRA. DEBORA SOTTO**

Doutora em Direito Urbanístico pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2015), com Pós-Doutorado pelo Departamento de Saúde Ambiental da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (2017-2018), com foco em planejamento urbano, desenvolvimento urbano sustentável e ação climática local. Pós-Doutorado em andamento no Programa Cidades Globais do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, sob a supervisão do Prof. Arlindo Philippi Jr., com foco em resiliência urbana e desenvolvimento urbano sustentável. Professora-investigadora em tempo parcial no Colégio Latino-americano de Estudos Mundiais da FLACSO-Brasil. Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo (1998). Mestre em Direito do Estado - Direito Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2005). Mestre Profissional em Direito Internacional do Meio Ambiente pela Universidade de Limoges (2011). Procuradora do Município de São Paulo (desde 2003).

**PROF. FÁBIO FERNANDO JACOB**

Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Viçosa. Pós graduado em Direito Eleitoral. Pós graduando em Direito Imobiliário. Ex Advogado Autárquico em Mg. Ex Analista Judiciário do TRE/SP. Procurador do Município de São Paulo.

**PROF. MS. FABIO PAULO REIS DE SANTANA**

Professor dos cursos de Pós-graduação lato sensu em Direito Administrativo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e da Escola Paulista de Direito (EPD). Doutorando em Direito Administrativo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Mestre em Direito Constitucional pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Pós-graduado em Giustizia Costituzionale e Tutela Giurisdizionale dei Diritti pela Università di Pisa/Itália. Pós-graduado em Direito Civil Constitucional pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Membro Fundador do Instituto de Direito Administrativo Sancionador Brasileiro (IDASAN). Membro da Comissão de Direito Administrativo do Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP). Autor de livro, capítulos de livros e artigos na área do direito administrativo. Procurador do Município de São Paulo.

### **PROF. FELIPE FARIA DA SILVA**

Graduação em Direito na Universidade de São Paulo (2011) e pós graduação em Direito Constitucional pela Uniderp (2016). Foi Procurador do Município de Campinas (2013-2014) e Procurador Legislativo da Câmara Municipal de São Paulo (2014-2018). Procurador do Município de São Paulo desde 2018, atuando no Núcleo de Precatórios desde 2019.

### **PROF. HUNO MOLINA RODRIGUES DOS SANTOS**

Possui graduação em Direito pela Universidade de São Paulo e pós-graduação em Direito Processual Civil pela FADISP e Direito Público pela UNISUL. Atualmente exerce o cargo de Procurador do Município de São Paulo, integrando o Núcleo de Inovação e Tecnologia da PGM- NIT desde sua criação, em janeiro/2019. Coordena o setor desde junho/2020, desenvolvendo projetos de inovação e tecnologia para a PGM.

### **PROF. GILMAR PEREIRA MIRANDA**

Possui graduação em Direito pela Universidade de São Paulo(2005), especialização em Direito Municipal pela Universidade Anhanguera - Uniderp(2010), especialização em Gestão e Direito de Trânsito pela Faculdade INESP(2013), especialização em Direito Público pela Universidade do Sul de Santa Catarina(2010) e especialização em Direito Eleitoral pela Universidade Anhanguera - Uniderp(2011). Atualmente é Procurador do Município da Prefeitura Municipal de São Paulo.

### **PROF. DR. JOSÉ ANTONIO APPARECIDO JUNIOR**

Graduado pela Faculdade de Direito da PUC-SP, Especialista em Direito Público pela Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo, Mestre em Direito do Estado, com concentração em Direito Urbanístico, pela PUC-SP, e Doutor em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo.

Procurador do Município de São Paulo, tendo atuado, nesta função, na coordenação jurídica de elaboração de planos e projetos urbanos e licitações associadas, tais como a concessão urbanística da Nova Luz, e as operações urbanas consorciadas Rio Verde-Jacu, Lapa-Brás e Mooca-Vila Carioca. Na empresa municipal São Paulo Urbanismo, foi responsável pela análise jurídica e elaboração da proposta de marco legal dos Projetos de Intervenção Urbana Arco Pinheiros, Bairros do Tamanduateí, Arco Tietê e Vila Leopoldina-Villa Lobos.

Consultor em direito urbanístico, prestou serviços em projetos financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pela International Finance Corporation (IFC). Professor universitário, e de escolas superiores e cursos especializados. Membro da Comissão de Direito Urbanístico do IBRADIM, Coordenador Adjunto do Núcleo Cidade e Regulação do Laboratório de Cidades do Insper. Coordenador do Núcleo de Direito Urbanístico, Ambiental e Difusos em Geral do Centro de Estudos Jurídicos “Lúcia Maria Moraes Ribeiro de Mendonça” – CEJUR/PGM-SP e Escola Superior de Direito Público Municipal - ESDPM/PGM-SP.

### **PROF. MS. JOSÉ ROBERTO STRANG XAVIER FILHO**

Mestre em Direito Ambiental pela Universidade de São Paulo (2021); LL.M pela Harvard Law School (2014). Procurador do Município de São Paulo.

**PROF. JOSIAS BARCELOS**

Especialista em Direito Público e em Gestão Pública. Professor. Procurador do Município de São Paulo. Ex-Professor de Direito na Universidade Federal de Ouro Preto.

**PROF. DRA. LAURA MENDES AMANDO DE BARROS**

Doutora e Mestre em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo. Especialista em Autoridades Locais e o Estado pela École Nationale d'Administration de Paris; em Direito Público pela Escola Paulista da Magistratura; e em Processo Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Ex-Controladora-Geral do Município de São Paulo. Autora de livros e artigos jurídicos. Procuradora do Município de São Paulo.

**PROF. LEO VINICIUS PIRES DE LIMA**

Procurador do Município de São Paulo. Advogado, Professor de Direito Urbanístico e Direito Administrativo. Autor de diversos livros jurídicos.

**PROF. MS. LUCIANA RUSSO**

Procuradora do Município de São Paulo. Bacharel com Licenciatura em História - USP. Bacharel e Mestre em Direito - USP.

**PROF. DR. LUIS FELIPE VIDAL ARELLANO**

Doutor em Direito Econômico e Financeiro pela Universidade de São Paulo - USP. Mestre em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo - USP. Especialista em Análise Econômica pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE/USP. MBA em Gestão Avançada de Finanças Públicas pela Fundação Dom Cabral - FDC. Atualmente é Procurador do Município de São Paulo, exercendo a função de Secretário de Fazenda Adjunto do Município de São Paulo. Foi Subsecretário do Tesouro Municipal na Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico do Município de São Paulo, Diretor do Departamento de Defesa dos Capitais e Haveres do Município de São Paulo, Auditor Fiscal de Tributos Municipais (AFTM) de carreira e atuou como Assessor Econômico no Gabinete do Secretário Municipal de Finanças entre 2012 e 2013. Advogado em São Paulo.

**PROF. MARCOS AUGUSTO CARBONI**

Procurador do Município de São Paulo. Graduado em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito de Franca (2002). Pós Graduado - Especialização em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho pela Universidade de Ribeirão Preto - UNAERP (2007). Mestrando em Gestão e Políticas Públicas pela Fundação Getúlio Vargas - FGV/EAESP.

**PROF. MS. MARCOS VINÍCIUS SALES DOS SANTOS**

Doutorando e Mestre em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Especialista em Direito Civil pela Universidade Federal da Bahia. Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Feira de Santana. Integra o Grupo de Pesquisa "Cidadania, Constituição e Estado Democrático de Direito", vinculado à Universidade Presbiteriana Mackenzie. Procurador do Município de São Paulo. Advogado.

**PROF. DR. MAURÍCIO MORAIS TONIN**

Doutor e Mestre em Direito Processual Civil pela Universidade de São Paulo (USP). Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo (USP). Procurador do Município de São Paulo. Atua no gabinete da Procuradoria Geral do Município com prevenção e solução de disputas - autocomposição, desjudicialização e arbitragem. Mediador da Câmara de Solução de Conflitos da PGM. Possui experiência como Procurador Chefe de Assessoria Jurídica, exercendo advocacia consultiva no âmbito da Administração Direta Municipal. Autor de livros e artigos sobre mediação e arbitragem com a Administração Pública. Professor do Curso de Pós-Graduação em Direito Processual Civil da USP/AASP e do Grupo de Estudos Avançados em Processo - GEAP da Fundação Arcadas (FADUSP).

**PROF. DRA. NATHALY CAMPITELLI ROQUE**

Mestre e Doutora em Direito na PUC/SP. Pós-doutorados pela Universidade Clássica de Lisboa (2013) e Universidade de Coimbra (2014). Professora do curso de graduação e pós graduação lato e stricto sensu da PUC/SP. Autora de livros e artigos científicos. Procuradora do Município de São Paulo.

**PROF. MS. OTAVIO HENRIQUE SIMÃO E CUCINELLI**

Mestre em Direito do Estado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Econômico pela UNISAL – Centro Universitário Salesiano de São Paulo em 2010. Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Processual Civil pela FADISP – Faculdade Autônoma de Direito em 2005. Graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Procurador do Município de São Paulo. Diretor de Divisão Técnica da Corregedoria Geral do Município de São Paulo, órgão integrante da Controladoria Geral do Município de São Paulo, desde 2017. Advogado e parecerista.

**PROF. MS. PEDRO DE MORAES PERRI ALVAREZ**

Possui graduação em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2014). Mestre em Direito Processual pela Universidade de São Paulo (2021). Atualmente é Procurador do Município de São Paulo e Advogado.

**PROF. RACHEL MENDES FREIRE DE OLIVEIRA**

Graduada pela Faculdade de Direito da USP. Procuradora do Município desde 2003. Ex-Procuradora Federal. Atualmente ocupa o cargo de Procuradora Geral Adjunta da Procuradoria Geral do Município de São Paulo.

**PROF. RAFAEL MEDEIROS MARTINS**

Especialista em Direito Administrativo pela PUC - SP. Graduado em Direito pela Universidade Católica de Santos. Procurador do Município de São Paulo. Ministrou aulas em diversos cursinhos preparatórios para concurso.

**PROF. RAFAEL MENEZES**

Graduado em Direito pela Universidade Federal da Paraíba. Pós-Graduado em Direito Administrativo. Autor pela Editora JusPodivm. Procurador do Município de São Paulo.



**PROF. MS. REINALDO ROBERTO GHESSO**

Doutorando e Mestre em Direito do Estado pela USP. Procurador do Município de São Paulo.

**PROF. RICARDO BUCKER SILVA**

Procurador do Município de São Paulo. Advogado. Possui graduação em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie - UPM (2011). Conselheiro Suplente no Conselho da Procuradoria Geral do Município de São Paulo (2019-2021). Atuou em políticas públicas no Departamento Judicial de 2014-2018. Atuou na Unidade de Urbanismo do Departamento de Proteção ao Meio Ambiente e Patrimônio [DEMAP] (2019-2021). Atualmente na Unidade de Proteção ao Meio Ambiente em DEMAP.

**PROF. RICARDO FERRARI NOGUEIRA**

Possui graduação em direito pela Universidade de São Paulo (1999). Atualmente é procurador do município da Prefeitura Municipal de São Paulo. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Administrativo.

**PROF. DR. RICARDO MARCONDES MARTINS**

Doutor em Direito Administrativo pela PUC-SP. Professor de Direito Administrativo da PUC-SP. Procurador do Município de São Paulo.

**PROF. MS. ROBERTO ANGOTTI JÚNIOR**

Procurador do Município de São Paulo. Coordenador do Centro de Estudos Jurídicos da PGM/SP. Professor com experiência universitária e em cursos preparatórios para concursos. Mestre em Filosofia e Teoria Geral do Direito pela Universidade de São Paulo - USP (2016). Especialista em Direito Público pela Escola Paulista da Magistratura - EPM (2008). Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Santa Cecília (2002) e em Ciências Econômicas e Comerciais pela Universidade Católica de Santos (1993).

**PROF. DRA. TATIANA ROBLES SEFERJAN**

Procuradora do Município de São Paulo. Graduada em Direito pela USP, Mestre e Doutora em Direito do Estado pela USP. Atualmente ocupa o cargo de Coordenadora de Gestão do Patrimônio Imobiliário.

**PROF. VINICIUS GOMES**

Graduado em Direito pela FADUSP, especialista em Governo e Políticas Locais pela Universidade de Castilla-La Mancha – Espanha, mestrando em Direito Administrativo na FADUSP. Assessor de Ministro no Supremo Tribunal Federal no período de 2004 a 2010 e Procurador do Município de São Paulo (2010).